

CERIMÓNIA DE REABERTURA DO AUDITÓRIO MUNICIPAL DAS VELAS

Velas, São Jorge, 12 de agosto de 2015

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para agradecer o convite que me foi feito para presidir a esta sessão, que marca a reabertura ao público deste espaço após a intervenção que sofreu de obras de requalificação, que o devolveram ao usufruto dos Velenses.

Um espaço de grande importância para a vida cultural deste concelho, um espaço de grande importância, também pelas suas múltiplas funcionalidades, para a afirmação de um potencial que, não apenas este concelho, mas a ilha de São Jorge, na sua generalidade, apresenta no momento em que se abrem novos horizontes do ponto de vista do usufruto e das potencialidades que, no âmbito do turismo, a nossa Região tem vindo a trilhar.

Este projeto da Câmara Municipal de Velas mereceu a aprovação de fundos comunitários e, deste ponto de vista, contou com o apoio que foi dirigido a esta obra.

É um investimento e uma infraestrutura que reforça, do ponto de vista infraestrutural, o posicionamento da ilha de São Jorge e, em especial, do concelho de Velas, dando-lhe melhores condições para acolher eventos musicais, culturais, de teatro, de cinema, conferências, congressos, e isso é também significativo porque acaba por ser um investimento importante para o concelho e também para a ilha, e que pode vir a ter uma importância determinante como elemento de maior atratividade.

Esta componente de investimento em infraestruturas é também um trabalho que o Governo dos Açores tem vindo a desenvolver, melhorando a nossa Região, procurando prepará-la para desafios que, aos mais variados níveis, nos coloca o futuro próximo.

Entendemos que existe a necessidade dessas intervenções que podem, de forma significativa, dar melhores ferramentas à nossa Região para o seu desenvolvimento e para o seu progresso.

É isso que temos procurado fazer em todas as ilhas, com uma consciência muito clara e muito precisa da importância que esse tipo de intervenções tem, desde logo como fatores de coesão regional, como fatores de preparação de todas e cada uma das ilhas da nossa Região para os desafios do futuro.

E, se é certo que estas intervenções não se esgotam em infraestruturas, permitam-me que vos referencie, porque me parecem significativos os valores de que estamos a falar de investimento público em infraestruturas que se assumem de grande importância para o desenvolvimento económico e social da ilha de São Jorge.

O Governo dos Açores tem, neste momento, em fase de contratação, ou seja, já com concursos públicos lançados, investimentos na ordem de cerca de 43 milhões de euros aqui para a ilha de São Jorge.

Isso cobre investimentos como a intervenção de ampliação do porto comercial de Velas, a construção da nova escola da Calheta, o Museu Francisco Lacerda, intervenções ao nível de caminhos agrícolas, de estradas regionais, de proteção da orla costeira, enfim, um conjunto de investimentos que, se aliarmos mais alguns que estão numa fase mais preparatória, caso do porto do Topo, ultrapassam os 45 milhões de euros.

Isso é significativo, mas julgo importante fazer um alerta: não é apenas essa intervenção em infraestruturas que resolve todos os desafios que temos pela frente.

Não é apenas essa intervenção em infraestruturas que é sinónimo de sucesso em vencer esses desafios. É necessário que essas infraestruturas sejam consideradas como ferramentas, como instrumentos que estão à nossa disposição, exatamente no sentido de permitir que, sendo infraestruturas à disposição das populações, elas possam ser utilizadas no sentido de também serem fatores de desenvolvimento e fatores de progresso. E isso será a medida do seu sucesso.

Permitam-me salientar três ou quatro áreas onde essa perspetiva de não nos limitarmos apenas à intervenção do ponto de vista infraestrutural tem, também aqui na ilha de São Jorge, um significado muito especial.

Uma matéria pela qual eu nutro muita atenção, talvez pelas minhas raízes familiares estarem também ligadas à área agrícola, é o extraordinário trabalho que o setor cooperativo aqui em São Jorge tem feito ao longo do tempo e, sobretudo, nos últimos tempos.

O Governo dos Açores alterou a sua intervenção e a sua postura em relação a essa matéria, mas julgo que, em primeiro lugar, é devido aos agricultores jorgenses e aos responsáveis pelo movimento cooperativo o reconhecimento pelo trabalho que tem sido feito e que, no fundo, acaba por ser a garantia de um melhor futuro ou de perspetivas de futuro para um setor tão importante na economia desta ilha e na economia da nossa Região.

O Governo dos Açores esteve, está e continuará a estar ao lado deste trabalho, continuará a apoiar das mais variadas formas este trabalho, com a consciência, porém, de ser imprescindível um grande sentido de exigência e um grande sentido de responsabilização que me parece fundamental para que possa existir sucesso.

Uma segunda área que, não se circunscrevendo à questão infraestrutural, tem algumas particularidades aqui na ilha de São Jorge é o novo modelo de acessibilidades aéreas à nossa Região, que foi negociado entre o Governo dos Açores e o Governo da República e que veio alterar de forma bastante significativa as acessibilidades aéreas à nossa Região.

Houve uma grande dúvida que se colocava no momento em que esse modelo foi definido, foi negociado e foi implementado e que tinha a ver com diferentes realidades, do ponto

de vista de, numas rotas e em relação a umas *gateways*, a existência de liberalização e a existência de obrigações de serviço público em relação a outras.

A grande dúvida era exatamente a de saber se esse novo modelo se iria traduzir em benefícios para todas as ilhas ou se, pelo contrário, teríamos aqui uma situação em que haveria a limitação desses benefícios apenas às ilhas que tivessem as rotas liberalizadas ou as rotas de serviço público.

Os dados que nós temos neste momento, os últimos dados que são conhecidos do Serviço Regional de Estatística, demonstram claramente que este modelo está a servir todas as ilhas da nossa Região.

Está, no fundo, a reverter em benefício de todas as ilhas da nossa Região, sobretudo numa matéria que tem a ver com o setor turístico e com um novo impulso que foi dado a este setor.

Deixem-me referir-vos dois dados que me parecem particularmente significativos em relação a esta matéria. No mês de maio deste ano - é o último mês sobre o qual existem dados estatísticos - o número de dormidas aqui na ilha de São Jorge cresceu 60% em relação a maio do ano passado. Concretamente, cresceu 59,7%.

De janeiro a maio deste ano de 2015, em comparação com janeiro a maio de 2014, o crescimento do número de dormidas aqui na ilha é de cerca de 30%, mais concretamente 28,5%.

E, se isso acontece em relação às dormidas, em relação aos proveitos, ao rendimento que todo este fluxo permite, os dados também são impressionantes. De janeiro a maio de 2015, os proveitos totais do setor turístico cresceram – estou a falar da ilha de São Jorge apenas – 33,4%.

Isso é bastante significativo e é, também, uma demonstração do acerto desta negociação que foi feita entre o Governo dos Açores e o Governo da República em relação a um novo modelo de acessibilidades aéreas à nossa Região e, sobretudo, do facto de ela estar a beneficiar todas as ilhas da nossa Região.

Isto é significativo por aquilo que representa em termos de um novo impulso num setor que tem potencial nas nossas ilhas e que pode efetivamente crescer de forma bastante significativa.

Um terceiro exemplo de medidas que não têm a ver com infraestruturas mas que podem ter um impacto também bastante significativo, tem a ver com as novas obrigações de serviço público inter-ilhas que foram fixadas para a nossa Região e que acabam por traduzir-se numa diminuição muito significativa do preço das tarifas aéreas inter-ilhas.

O facto é que, neste momento, as tarifas na rota São Jorge/Terceira andam à volta dos 99 euros e passarão a estar, de acordo com essas novas obrigações de serviço público, nos 90 euros, sendo certo que, na rota São Jorge/Ponta Delgada, onde custavam cerca de 160 euros, passarão a custar 120 euros, preço final de passagem.

Mas isso serve para dizer que todas estas medidas podem e devem ser utilizadas, não como pontos de chegada, não como medidas que, no âmbito da governação, são compromissos e desafios que foram cumpridos, mas sobretudo como pontos de partida.

Como pontos de partida que convocam também a capacidade empreendedora, o profissionalismo, o espírito empreendedor de todos os Açorianos e, naturalmente, também dos Jorgenses, para uma fase em que precisamos de aproveitar e de fazer rentabilizar estas medidas.

Estas e outras como, por exemplo, a candidatura das Fajãs de São Jorge a Património Natural da Humanidade, a Património da UNESCO, que acaba por ter também uma medida que traz valor acrescentado para a nossa Região e, em especial, para a ilha de São Jorge.

Não posso terminar a minha intervenção sem uma referência e um agradecimento às palavras que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Velas me dirigiu a propósito da colaboração entre o Governo dos Açores e as autarquias.

Se é certo que isso acontece com uma autarquia que não é da mesma cor política do Governo, também acontece em relação a autarquias que têm na sua raiz um movimento independentes, mas eu gostaria de salientar que, na altura em que me candidatei a Presidente do Governo, uma das expressões que usava várias vezes a propósito de várias matérias era que “se cada um fizer bem a sua parte, todos nós acabamos a ganhar”.

Esta cooperação com as autarquias locais, no caso de São Jorge, mas também no caso de outras ilhas da nossa Região, pretende transmitir exatamente esta ideia: “se cada um fizer bem a sua parte, todos nós saímos a ganhar”. Não sai a ganhar o Governo, saem a ganhar os Açorianos e os Açores. E isso é o fundamental.

Que saibamos todos continuar, reforçar, fortalecer esta capacidade de, independentemente das opções de cada um, privilegiarmos aquilo que é essencial, porque, se isso assim acontecer, estaremos também a honrar o mandato e a legitimidade que o Povo Açoriano nos concedeu. E isso é o fundamental.

E, por último mesmo, uma saudação e uma referência aos nossos irmãos Açorianos das comunidades emigradas, das nossas comunidades açorianas no exterior.

Gostava de vos transmitir que o Governo dos Açores tem muito orgulho nas suas comunidades emigradas, tem muito orgulho por aquilo que fizeram e por aquilo que ajudaram a construir nas comunidades que vos acolheram nos Estados Unidos, no Canadá, na Bermuda, nas mais variadas partes do Mundo.

Tem muito orgulho na forma como deram testemunho das características, da forma como honraram a vossa condição de Açorianos ao contribuírem de forma empenhada para o sucesso dessas comunidades que vos acolheram.

Mas julgo que compreenderão que, da mesma forma que o Governo dos Açores tem orgulho naqueles que partiram, por necessidade ou por opção, tem também muito orgulho naqueles que ficaram, porque foram esses que transformaram os Açores numa Região da qual vos podeis orgulhar por aquilo que foi alcançado, pelos níveis de desenvolvimento que foram alcançados e, no fundo, por honrarmos a história e o património, e, no fundo, honrarmos também a dignidade do nosso Povo.

As minhas sinceras felicitações ao Município de Velas por este renovado espaço que está agora à disposição dos Velenses.

Um bem-haja a todos pelo vosso esforço e pelo vosso trabalho, e as maiores felicidades para todos.

Muito obrigado.